



Experiências de escolarização de jovens de camadas populares que ingressam no ensino superior

Camila Alves Fior¹
Maria José Martins²

Resumo: *As ações afirmativas viabilizam o acesso ao ensino superior (ES) de jovens das camadas populares. Diante disso, compreender as construções sociais vinculadas aos conceitos de juventudes e as condições que permitem a tais jovens prosseguirem os estudos são ímpares para a permanência dos mesmos no ES. Essa pesquisa analisa as experiências de escolarização de juventudes das camadas populares que acessaram o ES para identificar as vivências que oportunizaram a continuidade na escolarização. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com sete jovens ingressantes do ES. Os dados foram analisados qualitativamente pela análise de conteúdo. Os resultados mostram experiências de escolarização marcadas pelo valor da família ao estudo; por sucesso/fracasso na aprendizagem; pelas dificuldades econômicas, que os lançam às mudanças/interrupções na escolarização e aos trabalhos precários; e pelas mediações sociais que os fazem vislumbrar a continuidade dos estudos. A família, a escola e o trabalho oportunizam condições materiais e simbólicas para o ingresso no ensino superior de jovens das camadas populares.*

Palavras-chave: *Política social. Universitários. Escola. Inclusão social.*

Educational experiences of low-income background youth who entering higher education

Abstract: *Affirmative action has been increasing for low-income background youth progressing into higher educational studies. Furthermore, identifying the social constructions of this class of youth, and the conditions that enable these students to progress in their studies are important for student persistence. This research identifies low-income background youth's educational paths to recognize social experiences that supported the youth admission in higher education. This was a qualitative research conducted by seven first year students were interviewed. In addition, the content analysis was used to interpreted the qualitative results. The reports showed that the youth's educational experiences were influenced by the students' family values, by the success and failure in the learning process; by economical disadvantaged that is associates with student's mobility and dropouts; by precarious employment; also by social experiences that enable the youth to continue the studies. The family, the school, and the work have supported the material and symbolic contexts for higher education admission of economical disadvantaged youth.*

¹ Doutora em Educação pela Unicamp. Docente do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp, Brasil. Email: cafior@unicamp.br ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-4789-6137>

² Mestranda em Educação pela Unicamp. Psicóloga do Serviço de Apoio ao Estudante da Unicamp. Email: mariajose@sae.unicamp.br ORCID iD: [hppt://orcid.org/0000-0002-9916-9847](http://orcid.org/0000-0002-9916-9847)



Keywords: *Social policies. University students. School. Social inclusion.*

Las vivencias escolares de los jóvenes de las clases bajas que acceden a la educación superior

Resumen: *Las acciones afirmativas permiten el acceso a la educación superior (ES) a los jóvenes de las clases sociales más bajas. Por lo tanto, entender las construcciones sociales vinculadas a los conceptos de juventud y las condiciones que permiten que estos jóvenes extiendan sus estudios es esencial para que permanezcan en la educación superior. Esta investigación analiza las experiencias de escolarización de los jóvenes de las clases sociales más bajas que accedieron a la ES para identificar las experiencias que les proporcionaron la oportunidad de extender su escolarización. Se trata de un estudio cualitativo, realizado mediante entrevistas semiestructuradas a siete jóvenes que ingresan en la ES. Los datos se analizaron cualitativamente mediante un análisis de contenido. Los resultados muestran experiencias de escolarización marcadas por la valoración de la familia al estudio; por el éxito/fracaso en el aprendizaje; por las dificultades económicas, que les lanzan a cambios/interrupciones en la escolarización y a trabajos precarios; y por las mediaciones sociales que les hacen vislumbrar la continuidad de los estudios. La familia, la escuela y el trabajo proporcionan las condiciones materiales y simbólicas para que los jóvenes de los estratos bajos accedan a la educación superior.*

Palabras clave: *Política social. Estudiantes universitarios. La escuela. Inclusión social.*

1 Introdução

Nas duas últimas décadas, o ensino superior brasileiro vivenciou uma expansão no número de instituições, cursos e vagas, o que resultou em um aumento em mais de 260% nas matrículas, sendo que, no ano de 2019, nas 2.608 instituições públicas e privadas de ES estavam matriculados 8.603.824 estudantes (BRASIL, 1999; BRASIL, 2019). No Brasil, pesam na ampliação do acesso ao ensino superior as políticas que fomentaram a universalização da educação básica e que resultaram em um aumento no contingente de jovens concluintes do ensino médio, principalmente entre os pobres e negros (PICANÇO, 2015). E a pressão por mais vagas no ES resultou na ampliação no número de instituições e diferenciação na oferta, com destaque para o aumento nos cursos noturnos e na modalidade a distância (PICANÇO, 2015).

Sobre as instituições de ensino superior públicas, a inexistência de universalização das vagas leva a uma competição no acesso, com desvantagens aos jovens oriundos das classes



populares e com trajetórias escolares predominantes na rede pública. Como resultado, até o final da década de 1990, os estudantes de ensino superior brasileiro público consistiam, predominantemente, em jovens brancos, de classe média e alta (BRASIL, 1999). A essa realidade, nos anos iniciais do século XXI, somam-se pressões sociais, com destaque para as mobilizações do movimento negro e que resultaram em políticas de ações afirmativas que contribuíram para uma maior diferenciação nas características dos universitários e o ingresso a esse nível de ensino de grupos de estudantes que, historicamente, estiveram excluídos da educação pós-secundária (HERINGER, 2018).

Atualmente, a população de estudantes do ensino superior brasileiro passa a ser representada por jovens com trajetórias de escolarização na rede pública, pretos e pardos, indígenas, deficientes, mais velhos, mulheres e oriundos das camadas populares (BRASIL, 2019; HERINGER, 2018). Com destaque para o fato de que, no ano de 2019, as mulheres representaram 55% das matrículas no ensino presencial, os estudantes que se declararam pretos ou pardos somaram 38,15% do grupo estudantil e 67% dos alunos realizaram o ensino médio na rede pública de ensino (BRASIL, 2019).

Apesar de tais políticas, no contexto nacional e mesmo com a ampliação no acesso à educação pós-secundária, ainda em 2019, apenas 21% das pessoas com idade entre 25 a 34 anos possuíam o ensino superior completo, número abaixo da média dos países membros da OCDE, que é de 44% (OCDE, 2020). Como consequência, o país está distante de um processo de democratização da educação superior, mesmo já avançado de um sistema de elite para um sistema de massas (TROW, 2007).

Diante dessa realidade, é ímpar cuidar das condições que favoreçam o acesso de novos públicos ao ensino superior, principalmente dos jovens oriundos das camadas populares, entendendo estes como membros de famílias com pouca escolarização, que exercem ocupações manuais e/ou informais e que apresentam baixa renda (DE OLIVEIRA, 2020). Com atenção ao questionamento sobre quem são esses estudantes, quais são as suas vivências e experiências de socialização, atentando-se para a análise das distintas construções de subjetividades que possibilitam a esses jovens construir novos significados às suas trajetórias escolares e vislumbrarem a continuidade dos estudos por meio do ensino superior.



Distante de pactuar com o determinismo da predestinação universitária, há o reconhecimento de um caminho a ser percorrido para a valorização da escolarização pela juventude e pelas instituições escolares, de modo a constituírem um ambiente acolhedor aos jovens das camadas populares (DAYRELL, 2007; SAVEGNAGO; CASTRO, 2020). Como a maioria dos concluintes do ensino médio é egressa da rede pública, há necessidade de aprimoramento nas políticas de formação para que as desigualdades no acesso dos jovens de baixa renda ao ensino superior sejam reduzidas. Com cuidado e atenção às ações de permanência, pois na transição ao ES o jovem vivencia desafios econômicos, acadêmicos, interpessoais e na carreira que podem culminar no abandono (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017). Urge, ainda, a necessidade de serem construídos conhecimentos e novas bases teóricas e epistemológicas que tragam um olhar decolonial às juventudes que acessam o ES.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é resgatar as experiências de escolarização de jovens oriundos de camadas populares que acessam ao ensino superior para que sejam identificadas as vivências que oportunizaram a continuidade dos estudos. Para subsidiar tal discussão, será problematizada a temática da juventude brasileira, com um olhar para as camadas populares, por meio de um diálogo com as suas experiências escolares.

1.1 Juventudes e o processo de escolarização

A juventude, pelas políticas e estatutos nacionais vigentes, é considerada uma condição que congrega pessoas de 15 a 29 anos e que pertencem a distintos estratos da sociedade, com demandas, necessidades e direitos diferentes das pessoas de outras faixas etárias (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015; BRASIL, 2013). Para além dos aspectos biológicos e vinculados à condição da idade, é importante compreendê-la como construção histórica e cultural, visto a heterogeneidade presente nas manifestações de juventudes (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015).

Com isso, opta-se pelo uso da palavra juventudes no plural, já que é constituída por “um conjunto diversificado com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na nossa sociedade” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015, p.14). Deve-se, atentar, ainda, para a desconstrução de concepções naturalizadas sobre juventudes, visto que se trata de uma



etapa intimamente dependente das condições materiais e históricas nas quais os jovens estão inseridos. Almeja-se que o conceito juventudes contemple as distintas condições juvenis a fim de delimitá-las como construções sociais nas quais a forma como a sociedade atribui os significados a essa etapa e os modos em que são vividas, a partir das diferenças sociais e da interseccionalidade, por exemplo, entre classe, gênero e raça, estejam presentes (BATISTA; DAYRELL, 2020).

Sob esse prisma, é ímpar o diálogo entre as condições de estudante do ES e de juventudes, pois no aspecto etário, o ES é constituído predominantemente por estudantes jovens, e que estão expostos a distintas experiências de socialização, derivadas tanto do ambiente institucional do ES como fruto dos demais contextos no quais os estudantes interagem, e que influenciam a construção das subjetividades dos mesmos. Com atenção ao fato de que as trajetórias dos estudantes, anteriores ao ingresso nesse nível de ensino, não são uniformes, mas apresentam dinâmicas distintas tendo por referência as questões socioeconômicas, étnicas e de gênero. Somam-se as evidências de que a vivência no ensino superior é bastante heterogênea, tendo em consideração as diferentes propostas de formação e relações estabelecidas pelos universitários nesse novo nível de ensino (TINTO, 1997).

Auxiliam na construção da condição de jovens estudantes do ensino superior as variáveis: gênero, classe e raça. Os jovens residentes na zona urbana e os alunos brancos de estratos sociais mais elevados têm probabilidade maior de acessarem o ensino superior, devido às facilidades para a conclusão do ensino médio, cujas escolas, em sua maioria, estão localizadas na área urbana. Deve-se considerar que as desigualdades sociais expulsam os homens e os negros do sistema escolar e os lançam de maneira precoce para o mercado de trabalho, em busca da subsistência ou, ainda, desvalorizam os seus saberes e perpetuam formas de exclusão do contexto escolar (BATISTA; DAYRELL, 2020; DAYRELL, 2007; VASCONCELOS, 2016). Apesar do limite no olhar exclusivo a uma dessas variáveis, sem a sua interseccionalidade, por exemplo, com a invisibilidade da mulher negra no ensino superior (GONÇALVES, 2018), há o reconhecimento de que o fator socioeconômico impacta o ingresso de jovens ao ensino superior, já que os estudantes das camadas populares conciliam, muitas vezes, estudo e trabalho, o que restringe o tempo para a dedicação aos vestibulares, além de apresentarem trajetórias de escolarização mais frágeis, exclusões dos sistemas de ensino e



capital cultural distinto do valorizado pelos processos seletivos (PICANÇO, 2016). O que diminui a possibilidade de vislumbrar a continuidade dos estudos.

Devem ser consideradas, ainda, as influências do neoliberalismo na construção da subjetividade de jovens, marcadas pelas incertezas no mundo do trabalho, pela ausência de oportunidades laborais para todos e pela incapacidade do sistema educacional de atender aos seus anseios, o que ocasiona nos estudantes sentimentos de desesperança e que podem acarretar, inclusive, no abandono do sistema de ensino, sem a conclusão da educação básica (SAVEGNAGO; CASTRO, 2020). Por sua vez, a inserção laboral de jovens, apesar de marcada por trabalhos precários e informais, pode oferecer algum valor material que possibilite a subsistência familiar e o consumo para atendimento de necessidades imediatas. Com isso, torna-se comum à condição juvenil a vivência de uma tensão entre a busca de gratificações imediatas e a construção de um possível projeto de futuro, do qual a escola ocupa um papel de destaque (ALVES; DAYRELL, 2015; DAYRELL, 2007). Com a ressalva de que os jovens das camadas populares não vivenciam uma moratória em relação ao trabalho, como constatado em países do hemisfério norte ou em classes sociais economicamente favorecidas. Ao contrário, a condição juvenil só será possível devido ao trabalho que garantirá o mínimo para a sobrevivência ou para as experiências como lazer e namoro (DAYRELL, 2007).

Com a convicção de que o trabalho não significa o abandono da escolarização, mas implica conciliar distintas atividades, deve-se atentar ao fato de que ambos são fatores importantes nos processos de subjetivação dos jovens de camadas populares (SPOSITO, 2005). Mas é pertinente retomar os desafios impostos à juventude com relação à escola e ao trabalho, tais como: ausência de empregos, na natureza das ocupações e na precarização dos ofícios, o que gera uma marginalização também nas relações de trabalho, limitando as perspectivas de futuro dos jovens (SANTOS, 2009).

Sobre as escolas, com a expansão no acesso à educação, as instituições de ensino médio públicas passam a receber estudantes das camadas populares e não estão mais restritas aos jovens das classes altas e médias da sociedade, os quais, por sua vez, migram para a rede particular e reduzem a pressão pela qualidade no ensino público (DAYRELL, 2007). Com isso, os objetivos do ensino médio também acabam se modificando já que, antes entendido como uma trajetória para os que buscavam o ensino superior, a sua obrigatoriedade passa a ser



exigência para a conclusão da educação básica. E, apesar de recebendo novos públicos e com fins distintos, as alterações propostas no ensino médio são recentes, com questionamentos sobre as intenções das mesmas: oportunizar a inclusão de todos na rede pública, reconhecendo as demandas contemporâneas da juventude ou contribuir para ampliar as exclusões sociais, devido precarização das propostas formativas (FERRETTI, 2018).

Como destaca Dayrell (2007), para os jovens das camadas populares é mantida uma ambiguidade no ambiente escolar, no contexto anterior ao ingresso ao ES, e que se situa entre o reconhecimento do estudo como condição para conseguirem assegurar algum trabalho e a falta de sentido vivida na realidade atual do ensino médio. Isto com o reconhecimento de que as experiências de socialização oportunizadas no ambiente escolar impactam a constituição da condição juvenil e pautam-se em valores dúbios: interesse e valorização do estudo ou desinteresse e passividade diante da vida escolar (DAYRELL, 2007). Lembra-se, ainda, que a escola é uma instituição, constituída por pessoas: professores e colegas, agentes educativos que contribuem para a construção e para as mediações necessárias para a vivência de sua condição juvenil.

Além da escola, a família constitui outro *lócus* de educação e de constituição das subjetividades dos jovens modernos ocidentais (SPOSITO, 2005) e que tem grande influência no incentivo ao prolongamento no processo de escolarização de jovens (PICANÇO, 2015, 2016). Em um estudo com alunos de classes populares que acessaram o ensino superior, Côco e outros pesquisadores (2014) identificaram que, embora o ingresso seja visto como uma conquista pessoal, ele é fruto de um emaranhado de relações que incluem: o reconhecimento do valor social da escolarização pela família; o incentivo e a comemoração pelo ingresso no ES; como também pela organização de condições temporais, financeiras ou mesmo espaciais para a concretização desse projeto (CÔCO *et al.*, 2014). Há de se reconhecer o desejo de mães de classes populares que os filhos “sejam alguém na vida”, o que significa estar distantes de ações erradas que possam envergonhá-las e que construam trajetórias pautadas nos pilares da educação e do trabalho (ALVES; DAYRELL, 2015). Apesar do papel da família nesse processo, não se pode negar os limites da escolarização e do sucateamento do ensino público, com ausência de recursos materiais e humanos, os quais, somados às condições de vida material a que tais jovens são expostos, tendem a manter o afastamento dos mesmos do ambiente escolar,



com a não continuidade da formação . Estudos realizados com jovens de grupos populares brasileiros ressaltam a escolarização precária e as adversas condições de vida, as quais alimentam e perpetuam a situação de exclusão e desigualdade social vivenciada (SAVEGNAGO; CASTRO, 2020).

Diante disso, o objetivo desse estudo é resgatar a história de escolarização de jovens de camadas populares, entendendo-as no emaranhado de relações com a família e o trabalho, para que as vivências que oportunizaram a continuidade na escolarização sejam compreendidas.

2 Método

Essa investigação faz parte de uma pesquisa longitudinal cujo objetivo é compreender o acesso e a transição de estudantes ao ES, e é composta por três momentos de coleta de dados, realizadas no primeiro ano de graduação. Neste artigo é apresentado um recorte do estudo referente ao momento inicial, cujo objetivo era resgatar experiências de escolarização dos jovens que acessaram o ES, a fim de que as vivências que contribuíram para o seguimento na sua trajetória educativa sejam compreendidas.

Essa investigação cumpriu os requisitos para pesquisa envolvendo seres humanos e foi aprovada pelo Comitê de Ética (CAAE: 89401218.7.0000.5404). Participaram dessa etapa sete ingressantes do ES de uma universidade pública, sendo quatro homens, todos negros e pardos, com idades variando entre 20 e 27 anos e três mulheres brancas, com idades entre 17 e 23 anos e que tinham sido aprovados no processo de seleção por meio de ações afirmativas, com a reserva de vagas para estudantes concluintes da rede pública de ensino.

Para a participação no estudo, os universitários manifestaram o consentimento por escrito e para os menores de 18 anos foram solicitadas autorizações dos responsáveis e assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, devido possibilidades de diálogos com os ingressantes, sendo que foi pedido aos mesmos que descrevessem as suas histórias de escolarização, antes do ingresso no ensino superior. As entrevistas foram realizadas presencialmente, em uma sala reservada da universidade, com duração aproximada de 40 minutos e foram integralmente



gravadas e transcritas. O convite para a realização do estudo ocorreu pelas pesquisadoras, no momento da matrícula presencial na universidade.

Os dados decorrentes da transcrição das entrevistas foram analisados qualitativamente, devido ao foco da pesquisa em compreender o processo de construção dos fenômenos e os sentidos e significados atribuídos pelos jovens às suas experiências de escolarização (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Os relatos foram submetidos à análise de conteúdo temática, processo pelo qual identificaram-se os temas presentes nas falas dos participantes, os quais, posteriormente, foram agrupados em categorias, tendo por referências suas diferenças e particularidades. (BARDIN, 2011). Foram identificadas as seguintes categorias: valor atribuído pela família aos estudos; os movimentos vividos nos ciclos de escolarização; sucesso/fracasso no processo de aprendizado; as mediações sociais no reconhecimento do ES como possibilidade para continuar os estudos; preparação para o ingresso no ES.

3 Resultados e discussão

No presente estudo solicitou-se aos estudantes oriundos das camadas populares que descrevessem aspectos de sua história de escolarização antes do ingresso ao ensino superior, a fim de compreender as experiências de socialização que viabilizaram o acesso a esse nível de ensino. Como já destacado, na análise de conteúdo dos relatos dos participantes emergiram os seguintes temas vinculados à experiência de escolarização: valor atribuído pela família aos estudos; os movimentos vividos nos ciclos de escolarização; o sucesso/fracasso no processo de aprendizado; as mediações sociais no reconhecimento do ES como possibilidade para continuar os estudos; a preparação para o ingresso no ES.

Por sua vez, considerando a construção social do conceito de juventudes, bem como as condições concretas que materializam tais experiências, é prudente ressaltar que a escolarização de jovens de classes populares está intimamente vinculada ao trabalho e à relação estabelecida com a família (DAYRELL, 2007; SAVEGNAGO; CASTRO, 2020), sendo tais diálogos estabelecidos no decorrer da apresentação dos resultados. A seguir, cada uma das categorias estará descrita e será ilustrada pelos relatos dos participantes e por um diálogo com a literatura.



3.1 O valor atribuído pela família aos estudos

Para uma maior compreensão das experiências de escolarização de tais jovens, torna-se prudente resgatar a história de escolarização dos pais, com um breve olhar sobre as ocupações exercidas pelas famílias a fim de contextualizar um dos *locus* de desenvolvimento das juventudes. Dos sete participantes, apenas um tem pais com o ensino superior completo, inclusive com o exercício de atividades ocupacionais compatíveis com a formação universitária. Os pais de outro ingressante finalizaram a educação básica e o genitor iniciou o ensino superior, mas não concluiu. Houve a menção, ainda, por um terceiro participante, de que apesar de o pai não ter finalizado o ensino fundamental, a mãe havia terminado recentemente a educação básica, por exigência da atividade ocupação exercida, e a conclusão do curso ocorreu pelo Enceja, um exame único para finalização do ensino médio. Os pais dos outros quatro participantes não completaram o ensino fundamental, sendo que alguns chegaram a finalizar o primeiro ciclo, mas outros interromperam o estudo após um ou dois anos do início da escolarização. E a pouca escolarização dos pais desencadeia uma precarização das relações de trabalho vividas pelos genitores, sendo, na maioria, pautadas nos serviços domésticos, na realização de atividades informais, no trabalho rural e na construção civil (DE OLIVEIRA, 2020). Tais ocupações resultam em remunerações baixas, realizadas manualmente ou por meio de ocupações não formalizadas e que inviabilizam garantias de renda e/ou estabilidade, o que leva os pais a ter que buscar trabalhos ou “bicos” diariamente a fim de garantir o sustento diário. Com isso, a vida familiar é marcada por mudanças de cidades ou estados em busca de novas condições de trabalho.

Após essa breve contextualização sobre a escolarização dos pais, merece destaque a análise do valor atribuído pelas famílias aos estudos. Famílias que, apesar de constituídas por membros com poucos anos de aprendizagem formal, incentivam a escolarização dos filhos. Isso pode ser ilustrado pela constatação de que dos sete participantes, seis possuem irmãos mais velhos que estão matriculados ou já concluíram o ensino superior, em instituições públicas ou privadas por meio de financiamentos ou bolsas de estudo. Um único participante, por ser o filho primogênito, é o primeiro da família a acessar o ensino superior, também denominado por



estudante de primeira geração: “eu sou o primeiro que entra na universidade. Então, eles ficaram bem felizes, minha família toda ficou feliz. Eles me apoiaram” (D18).

Como destacado no trecho acima, dos relatos emergiram atributos sobre o estudo, sendo que os participantes relatam incentivo e apoio da família para a continuidade da escolarização. E a aprovação no processo seletivo e ingresso no ensino superior é uma conquista comemorada por todos:

“E meu pai não tem nem o ensino fundamental completo, mas eles sempre me incentivaram a estudar (...) Quando eu comecei a fazer cursinho eles também já estavam nessa expectativa comigo, de eu conseguir passar (...) todo mundo me apoiou, ninguém ficou contra mim. E foi muito bom toda a minha família me apoiou e tão gostando bastante” (D16).

Os relatos revelam que a escola e o estudo, para as famílias de classes trabalhadoras, são entendidos como inalienáveis, e que há uma luta intensa para garantir a sua viabilização, mesmo que isso implique sacrifícios financeiros (SAVEGNAGO; CASTRO, 2020). Durante uma das interrupções do ciclo de estudo, um dos participantes destaca a insistência da mãe para que continuasse a escolarização: “e minha mãe também forçava bastante para que eu voltasse a estudar e eu acabei voltando” (D10) .

O valor atribuído pelas famílias de camadas populares ao estudo de seus filhos visa, inclusive, dar outro significado à trajetória de vida dos próprios pais que foram impedidos, pelas questões materiais ou pelas construções históricas sobre as relações de gênero, de continuarem a formação. Como consequência e apesar dos poucos recursos materiais, as famílias se organizaram para oferecer suporte à escolarização dos filhos:

“Minha mãe sempre foi dona de casa, ela só concluiu a 4ª série. Ela tinha muito sonho de estudar desde sempre, só que na época dela (...) era proibido entre aspas. Os pais não deixavam, só deixavam os homens estudar. Foi uma luta para ela conseguir fazer a quarta série (...) Minha mãe sempre gostou muito de ensinar. Eu entrei na escola com seis anos alfabetizada. Ela me ensinou a ler e escrever (...). Ela me ensinava no terreirão [de secagem do café] (...) com carvão do fogão a lenha eu ficava escrevendo as letrinhas com carvão enquanto ela torrava café.” (D12).

Os relatos apresentados trazem que os pais, apesar da reduzida escolaridade, valorizam e incentivam a educação dos filhos, e são coerentes com investigações anteriores, com destaque para os estudos de Dias e Silva (2018) e Lahire (1997). Também pactuam com a superação de



uma visão homogênea sobre as camadas populares, pautadas em preconceitos sobre os pais com baixa escolaridade que os descrevem como sendo pouco cuidadosos com a educação dos filhos. Há famílias que mesmo com escasso capital cultural ou econômico se organizam para que os filhos permaneçam no ambiente escolar e tenham êxito na escolarização (DIAS; SILVA, 2018; LAHIRE, 1997). A valorização do estudo pelos pais dos jovens das camadas populares reafirma que o acesso ao ensino superior não é um projeto individual, mas uma construção coletiva, com impactos na construção das subjetividades dos jovens historicamente excluídos desse nível de ensino e de suas famílias.

3.2 Os movimentos vividos nos ciclos de escolarização

Outro aspecto que mereceu destaque na história de escolarização dos participantes refere-se às interrupções e mudanças que vivenciaram neste ciclo. A partir dos relatos duas subcategorias de movimentos presenciados pelos estudantes, emergiram: mobilidade escolar vivida na trajetória acadêmica e associada às condições socioeconômicas da família; e interrupções nos ciclos de estudo, decorrentes do exercício de atividades ocupacionais. A seguir, cada uma das subcategorias estará descrita.

Na subcategoria de mobilidade escolar estão descritas as menções às alterações de escolas ou cidades decorrentes da situação de vulnerabilidade social a qual a família estava exposta e que marcaram as trajetórias de escolarização. As mudanças visavam novas oportunidades de trabalho, fugir do isolamento devido ao falecimento de genitores ou reduzir as despesas a fim de adequar-se ao orçamento familiar.

“eu entrei na escola com 6 anos [em uma escola de outro estado], eu passei só um ano lá porque meu pai faleceu (...) e a gente se mudou de cidade (...) fiz três anos [na nova escola]: o segundo, o terceiro e o quarto, e no final do quarto eu me mudei para outra cidade (...) porque eu não me adaptei nessa (...).”
(D.12)

As mudanças de escola no decorrer da escolarização trazem marcas na trajetória acadêmica dos estudantes podendo, inclusive, resultar em atrasos na sua escolarização. Isso



ocorre devido à diversidade de metodologias das escolas, de currículos e, também, de propostas pedagógicas, como apresenta um estudante.

“estudava na zona rural e vim para a cidade. Eu não sabia ler. Eu acho que (...) eu estava na quarta série (...) como eu não sabia ler, a professora me voltou de série (...) eu fui pra segunda série (...) fiquei atrasado mas nunca parei sempre estudar.” (D8)

Por sua vez, as narrativas apresentadas pelos universitários já foram identificadas por Zago (2000), ao destacar o percurso estudantil das crianças das camadas populares como marcados por mudanças e por uma constante luta para permanecerem na escola. E tais mobilidades trazem impactos nas experiências de socialização, pela necessidade de reconstruírem as relações de amizade e se inserirem em uma nova cultura institucional.

Ainda nos movimentos vividos pelos estudantes, outra subcategoria identificada no presente estudo diz respeito às pausas ou às interrupções nos ciclos de estudos e que adiaram a continuidade na formação. Essas interrupções, em sua maioria, foram motivadas pelas questões de trabalho, tais como expresso pelo relato:

“Fiz o ensino fundamental regular e parei de estudar. Fui trabalhar e fiquei mais ou menos um ano e meio sem estudar. Depois eu voltei. Entrei no primeiro ano do ensino médio, fiz o Enem e concluí o ensino médio (...). Fiz cursinho (...) e quando era para prestar vestibular, eu acabei fazendo concurso (...) passei no concurso, voltei a trabalhar e fiquei mais um ano trabalhando.” (D10)

Acrescenta-se que as atividades laborais exercidas pela juventude e que levaram à interrupção nos estudos, auxiliam no atendimento às necessidades básicas da família. Mas como já destacado por Dayrell (2007), fornecem ao estudante condições para a conquista material e simbólica de objetivos ou habilitações que simbolizam a entrada no mundo adulto:

“isso foi meu primeiro serviço (...) eu acabei a escola porque eu queria muito tirar a minha habilitação (...) assim que eu comecei a trabalhar eu já comecei o processo da minha habilitação porque eu já tinha o plano de ficar lá no máximo (...) um ano.” (D19)

A interrupção nos estudos após o ensino médio também é impactada pelo contexto social no qual o estudante vive, com influência do seu grupo de referência, sinalizando que as camadas



populares encerrariam a trajetória de estudos no ensino médio. Soma-se que, como destacado no relato a seguir, as vivências de jovens acontecem em ambientes múltiplos e variados, por meio de uma intrincada rede de relações entre os grupos de pares, a escola, as mídias e a família, além das influências políticas e culturais mais amplas (ALVES; DAYRELL, 2015; DAYRELL, 2007; DE CASTRO, 2016): “Meu primo parou de estudar e começou a trabalhar e eu fiz o mesmo também” (D. 10).

Por sua vez, a vulnerabilidade econômica também leva o jovem a lançar-se precocemente no mercado de trabalho, com vivências que impactam a construção de suas subjetividades, principalmente pelas condições precárias vividas no ambiente laboral: “Eu concluí o ensino médio e (...) trabalhei por problemas familiares (...) e foi uma experiência péssima, uma coisa que não quero mais passar na minha vida” (D.13).

A interrupção nos estudos para ingresso no mercado de trabalho, o que possibilita, inclusive, recursos para o pagamento dos cursinhos preparatórios para o acesso ao ensino superior, parece ser uma realidade vivida pelos jovens das classes populares e que os levam a ingressar no ensino superior com idades um pouco mais avançadas. Essa realidade, que marca as experiências de socialização dos jovens universitários, corrobora as considerações de Leão, Dayrell e Reis (2011) ao identificarem que há grupos de jovens com projetos de ingresso imediato ao ensino superior, normalmente oriundos das camadas médias e de elite, e que terão uma adequação séria e idade, bem como outras juventudes que, apesar de almejar cursar o ensino superior, precisarão de um investimento inicial que resulte em alguma estabilidade financeira para que esse projeto se concretize. As narrativas dos jovens ingressantes revelam experiências distintas e não regulares no processo de escolarização, mas que não devem ser compreendidas como limites aos seus processos formativos. Ao contrário, indicam importância de se ampliar o olhar para o estudante do ensino superior, reconhecendo o potencial formativo das trajetórias singulares vividas pelos universitários.

3.3 Sucessos/fracassos no processo de aprendizado

No que diz respeito ao processo de escolarização, no relato dos jovens que recém ingressaram no ensino superior, houve o resgate do processo de aprendizagem. Nessa categoria



estão agrupados trechos que descrevem uma trajetória marcada por facilidades no processo de escolarização, tais como apresentada por uma estudante do sexo feminino e branca: “Durante o fundamental II e o ensino médio eu ganhei medalhas nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas (...) eu tive duas medalhas de bronze e uma menção honrosa (...)” (D12); mas também marcada por dificuldades no percurso acadêmico, que levaram o estudante a buscar suporte para acompanhar as atividades acadêmicas.

Apresenta-se a seguir o relato de um estudante negro e que culminou com a sua reprovação na educação básica: “Eu encontrava dificuldades (...) nas lições. Eu estudava com meu primo e ele me ensinava (...) mas eu repeti a quinta série” (D8).

Com vistas a romper explicações que responsabilizam o estudante pelo não aprender, e apesar dos limites na análise das questões de classe sem a intersesscionalidade com gênero e raça, merece destaque que as experiências de sucesso foram descritas por uma jovem branca e os relatos de fracasso foram vividos por um negro. Os poucos entrevistados nesse estudo não possibilitam que sejam feitas generalizações, mas lançam o olhar para as exclusões sociais vividas pelos negros no contexto escolar. Bem como incitam urgência nas discussões sobre relações raciais na escola a fim de se evitar que as experiências vividas no ambiente escolar perpetuem formas de explicações naturalizantes e que atribuem o não aprender a variáveis pessoais dos estudantes, e que não a entendam como uma síntese de múltiplas determinações (BOCK, 2014).

Por sua vez, a diversidade de experiências de aprendizado vividas pelos ingressantes, com históricos de “sucesso”, como medalhista de competições de conhecimento ou trajetórias de fracasso, com reprovações, reafirma que juventudes com experiências distintas acessam o ensino superior. E sugere a importância de os gestores, os docentes e os técnicos do serviço de apoio ao estudante reconhecerem a diversidade de experiências e construam projetos pedagógicos e propostas de intervenção nas quais se reconheçam os saberes com os quais os jovens das camadas populares acessam o ensino superior.



3.4 A mediações sociais na decisão de cursar o ensino superior

Dos relatos dos estudantes sobre o processo de escolarização emergiram temas referentes à tomada de decisão por cursar o ensino superior, sendo que essa não se tratou de uma decisão impulsiva e individual, mas foi decorrente da presença de mediadores, e a análise dos mesmos possibilitou a elaboração de duas subcategorias: as influências de professores e colegas, e a precarização nas condições de trabalho que os levam a continuarem os estudos.

Na primeira subcategoria, influência de professores e colegas, estão presentes os relatos dos estudantes sobre o papel de tais mediadores na decisão de cursar o ensino superior. Um dos participantes traz o papel de um colega ao lhe apresentar um cursinho popular para se preparar para o ensino médio técnico e, depois, realizar o ensino superior: “Eu queria diploma para poder trabalhar (...) depois fui descobrindo que tem faculdade de graça (...) foi um colega meu que falou” (D.8).

Esse relato evidencia o pouco conhecimento que os jovens de classes das camadas populares têm sobre as próprias políticas que viabilizam o acesso ao ensino superior. Em um estudo com jovens em uma escola de um bairro periférico do Rio de Janeiro, Heringer (2013) constatou que muitos não tinham informações sobre o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), condição de acesso para a grande maioria das universidades públicas federais e para concorrerem a bolsas de estudo nas instituições privadas.

Assim, além da importância das experiências de socialização com colegas e com os docentes, a contribuição da escola em viabilizar as mediações necessárias ao acesso ao ensino superior está manifesta no relato de outro participante, ao descrever a contribuição de uma docente ao instruí-lo sobre a possibilidade de realizar cursinho popular: “uma professora de português [que] me achava bom aluno, ela falou: (...) eu dou aula no cursinho pré-vestibulinho (...). você não quer tentar entrar lá” (D.18).

Apesar da mediação da docente, deve-se ter cautela com conduções que entendem que a continuidade nos estudos é para alguns e não para todos. Com destaque para os julgamentos dos docentes sobre quem são os bons alunos e que podem favorecer a perpetuação de desigualdades no contexto escolar, desconsiderando o papel equitativo da escola pública (BOCK, 2014).



Soma-se, ainda, que a mediação de colegas e professores ilustra que a conquista de uma vaga no ensino superior não é uma experiência exclusivamente individual, mas é uma construção para a qual diversos agentes de socialização contribuem e que deixam marcas nas subjetividades dos jovens: “mas meus amigos e professores começaram a me incentivar (...) me indicavam livros, me doavam livros” (D.8).

Ainda referente à categoria das mediações que viabilizaram o acesso ao ensino superior, destaca-se o papel do trabalho e das relações que aconteciam no ambiente laboral e que levaram os jovens a vivenciarem precárias condições de trabalho, deixando-os mais vulneráveis à exploração no ambiente de trabalho.

“eu trabalhei em escritório só que não deu muito certo (...) chegou um outro chefe e nós não demos muito certo. Eu fui transferido do local. Eu falei: melhor parar de trabalhar (...) e voltar a estudar e tentar fazer uma outra coisa (...) fiz mais um ano de cursinho e prestei o vestibular.” (D.10)

Acrescenta-se que a inserção no mundo laboral exige do estudante a criação de um arranjo, nem sempre fácil, para conciliar os estudos, já que exigem deslocamentos, recursos materiais e apoios, e que reafirma uma tensão entre estudo e trabalho (ALVES; DAYRELL, 2015). Nessa investigação, para conseguirem trabalhar, os jovens tiveram que se afastar dos estudos, o que acarreta uma baixa qualificação e condições não favoráveis para o exercício ocupacional, com práticas informais e que trazem um desencantamento dos mesmos com o mercado de trabalho (RIBEIRO, 2011). Com isso, é importante o resgate de projetos anteriores pautados na continuidade da educação escolarizada e a busca pela qualificação profissional, criando condições para os jovens vislumbrarem uma nova relação com o trabalho. Por sua vez, apesar da importância da escolarização, com destaque para o acesso ao ensino superior, há necessidades financeiras de curto prazo, que dificultam a permanência de jovens das camadas populares no ensino superior e tornam imprescindíveis as políticas de permanência dos estudantes (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).



3.5 Preparação para o ingresso no ensino superior

Na trajetória de escolarização dos jovens foram mencionadas as condições que levaram à preparação para o ingresso no ensino superior e dentro dessa categoria dois temas emergiram: a busca por cursinhos preparatórios e as organizações temporais e espaciais para o estudo. No que se refere à busca por um suporte para ingressarem no ensino superior, merece destaque que todos os participantes do estudo realizaram cursinhos preparatórios, sendo a maioria gratuito ou voluntário, alguns inclusive realizados no formato *online*. Porém, o tempo de dedicação ao cursinho e o formato dos mesmos foi bem distinto entre os estudantes: “eu fui fazendo uns cursinhos *online*. (...) porque eu acho mais fácil e eles são muito bons” (D13).

A presença dos cursinhos comunitários, organizados por movimentos sociais ou nascidos no seio das próprias universidades públicas, e nos quais ministram as aulas estudantes de graduação, constituíram uma alternativa bastante utilizada pelos jovens: “comecei a fazer cursinho no terceiro ano. Comecei a fazer [nome do cursinho] que é daqui da universidade” (D.16).

Ao iniciar a preparação para o acesso ao ensino superior, o jovem tem a percepção de que a formação recebida na educação básica não foi suficiente para acessar o ES:

“apesar da minha escola ser considerada muito boa na região, ela é realmente muito boa eu não tinha tanta coisa quanto eu deveria. Depois que eu cheguei no cursinho que eu senti essa diferença que muitas matérias que consideravam básicas de médio eu não tive então.” (D13)

Os cursinhos populares exercem um papel de destaque na viabilização de condições para o ingresso de jovens das camadas populares na universidade, já que os preparam para terem êxito nos processos seletivos. Acabam tendo um papel compensatório diante de uma fragilização na educação básica cursada pelos jovens, e um importante papel nas experiências de escolarização de estudantes das camadas populares que acessam o ensino superior.

Além de buscar o cursinho preparatório, o ingresso no ensino superior exigiu organizações temporais para que o jovem pudesse estudar, principalmente conciliando o exercício de atividades laborais. Ficam evidentes as desigualdades presentes no processo de



preparação, com limites no tempo para o estudo: “Eu estudava no almoço, mas eu tinha (...) o cursinho *online*. Eu tinha assinado (...) e eu fazia e gostava” (D18).

Além do tempo, a organização do espaço físico também foi fundamental para tais jovens conseguirem se dedicar ao estudo: “eu moro em sítio. Eu tive que fazer um quarto para mim porque eu não tinha quarto para estudar (...), mas quarto sairia caro. Eu fiz um barraco para poder estudar” (D.08).

Apesar de sinalizar um conjunto de condições que possibilitaram a continuidade do estudo de jovens das camadas populares, a menção às dificuldades na moradia ilustra as distintas demandas e solicitações feitas às juventudes. Lembrando-se, ainda, que a construção das subjetividades dos jovens se dá na interação com as discussões do território e dos espaços habitados que possibilitam, inclusive, o atendimento de necessidades básicas e de sobrevivência, como a constituição de diferentes modos de viver e se relacionar. Com isso, as moradias tiveram que ser adequadas para viabilizarem um espaço de estudo para os jovens se prepararem para as avaliações de acesso ao ensino superior (SANTOS, 2000).

4 Considerações Finais

As políticas de democratização no acesso à educação básica transferiram para o ES a seletividade do sistema de ensino nacional e desvelaram as desigualdades presentes na escolarização brasileira e que mantiveram, durante décadas, o ensino universitário elitizado e acessado predominantemente por jovens brancos de classe média e alta. A implantação das ações afirmativas, que visam proteger minorias e grupos que tinham sido marginalizados no passado, possibilitou uma ampliação no acesso de jovens das camadas populares a esse nível de ensino, apesar de ainda manter um grande contingente de jovens excluídos do ES.

É a partir desse cenário que esse texto foi concebido, a fim de compreender as experiências de escolarização de jovens de camadas populares e que acessaram o ensino superior para que as vivências que viabilizaram a continuidade na escolarização sejam identificadas. Das narrativas dos universitários, obtidas no ingresso ao ensino superior, mereceu destaque a valorização do estudo pela família, com o incentivo para a continuidade na aprendizagem, mesmo diante de situações de vulnerabilidade econômica, o que reafirma a



urgência de se romperem estereótipos e preconceitos com relação às famílias das camadas populares. Ainda aos resultados acrescentam-se as trajetórias escolares acidentadas, marcadas por mudanças de escola ou por pausas a fim de atenderem às demandas materiais e simbólicas vinculadas à família e à juventude. Com isso, os jovens chegam ao ES com idades mais avançadas, mas com histórias de socialização diversas, as quais, ao invés de serem entendidas como limites, trazem construções distintas de subjetividade e que devem ser valorizadas nos projetos pedagógicos das universidades.

Ainda sobre os resultados, destaca-se que o projeto de continuar a escolarização não é individual, mas conta com a mediação de diversos agentes como professores e colegas, presentes na forma de incentivo e na ilustração das oportunidades e de acesso a materiais. Por sua vez, os estudantes informam desconhecerem as políticas públicas a que têm direito, o que ilustra os desafios que se apresentam às instituições de ensino médio e superior em discutir tais políticas, mas também, repensarem os seus sistemas de ensino de maneira a oportunizar a universalização no acesso, haja vista que os limites na formação ofertada durante a educação básica levam os jovens a buscarem os cursinhos pré-vestibulares. Tal movimento tem ampliado a oferta de cursos populares, os quais não são capazes de atender ao contingente de jovens que necessitam de suporte para acessarem ao ensino superior. Com a percepção de que não estão preparados para enfrentarem os exames de seleção para acesso ao ES, somado à escassez de recursos para pagamentos de cursinhos, inclusive os que ocorrem em formato remoto, mesmo com o incentivo familiar e com trajetórias de sucesso na educação básica, os jovens podem não se sentir preparados e, com isso, nem concorrer a uma vaga no ES.

Conhecer as histórias de escolarização de tais jovens é ímpar para que se compreenda como as subjetividades estão sendo construídas. E, também, para que as políticas de acolhimento e de permanência dos novos públicos possam ser pensadas, com destaque para o fato de serem mencionados os papéis da família, de professores e de colegas na decisão e no suporte ao ingresso no ES. Com a convicção de que os grupos de referência têm um papel ímpar nessa etapa, podem ser feitas ressalvas aos modelos teóricos que trazem que o ingresso no ensino superior pressupõe um afastamento dos grupos de origens. (TINTO, 1997). Para os estudantes de grupos minoritários, o suporte do grupo de referência pode ser essencial nesse processo.



Sobre os limites desta investigação, destaca-se o olhar para as juventudes de classes populares pautando-se na escolaridade dos pais, ocupação e renda familiar. Há o reconhecimento de que outras variáveis, imprescindíveis para o entendimento do processo de construção da subjetividade dos jovens, tais como gênero e raça, não foram analisadas. E apesar de um número restrito de participantes, deve-se atentar que nessa amostra não estavam representadas as mulheres negras, tornando urgente dar voz a tais públicos, para que sejam identificadas as condições sociais, materiais e simbólicas que possibilitam o seu acesso ao ensino superior (GONÇALVES, 2018). Soma-se que a menção à classe social, desvinculada de raça, limita as análises sobre as discriminações raciais vividas no ambiente escolar e que levam os jovens negros a serem excluídos do sistema de ensino. O olhar integrado entre classe, gênero e raça pode revelar outras desigualdades sociais conjugadas que potencializam as dificuldades no acesso de jovens ao ES e poderia se constituir em novas investigações (BATISTA; DAYRELL, 2020; PICANÇO, 2016). Acrescenta-se a urgência em pesquisas que acompanhem longitudinalmente os novos públicos que acessam o ensino superior a fim de auxiliar as universidades na formatação de ações mais específicas e que atendam às reais demandas de tais públicos.

Cuidar do acesso é ímpar para a democratização do ingresso ao ES, mas essa atenção não deve estar desvinculada das políticas de permanência estudantil, tendo por referência as elevadas taxas de abandono, atrasos na finalização de cursos e reprovações presentes no ES (BRASIL, 2019). Isso porque, pensar em um ensino superior inclusivo é reconhecer que as condições juvenis são bem distintas, principalmente nas situações nas quais a vulnerabilidade social está presente. Mas também, deve-se reconhecer o movimento realizado pelos estudantes e pelas instituições a fim de incentivarem a permanência estudantil e os diálogos com novas epistemologias e saberes pautados na promoção da dignidade humana.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. *Caderno Adenauer*, v. 16, n. 1, p. 13–25, 2015. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=55825619-323e-712f-2f0a-f7b2fb31b673&groupId=265553. Acesso em: 01 jun. 2021.



ALVES, Maria Zenaide; DAYRELL, Juarez. Ser alguém na vida: Um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 2, p. 375–390, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/zdrYMY7tZzdtfw7sTkPRNTD/abstract/?lang=pt>. Acesso: 01 jun. 2021.

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 22, n. 2, p. 512–528, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbPTRwQrjP6x/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 jun.2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Juliana; DAYRELL, Juarez. Experiências juvenis contemporâneas: reflexões teóricas e metodológicas sobre socialização e individualização. *Educação*, v. 45, p. 1–23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/39944/pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Educação, direitos humanos e compromisso social: interlocuções com a formação do professor de psicologia. *Psicologia: Ensino & Formação*, v. 5, n. 1, p. 101–114, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v5n1/v5n1a08.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). *Censo da Educação Superior*. Brasília, DF: MEC; INEP, 1999.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. *Estatuto da Juventude*. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). *Censo da Educação Superior*. Brasília, DF: MEC; INEP, 2019.

CÔCO, Valdete *et al.* Juventude e ensino superior: impactos da inserção universitária na vida de estudantes de classes populares. *EccoS: Revista Científica*, n. 32, p. 33–50, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71530929003.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 de jun. 2021.



DE CASTRO, Lucia Rabello. Subjetividades públicas juvenis: A construção do comum e os impasses de sua realização. *Estudos de Psicologia*, v. 21, n. 1, p. 80–91, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/chDHgJL56NKd9cGqYjftzFd/abstract/?lang=pt> Acesso em: 01 jun. 2021.

DE OLIVEIRA, Francisco Érick. Trajetórias e experiências escolares de estudantes cotistas negros/as da Unilab: identidades, currículo e práticas pedagógicas. *REVES - Revista Relações Sociais*, v. 3, n. 1, p. 0015–0027, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/9455/5237> Acesso em: 01 jun. 2021.

DIAS, Regina Lúcia Cerqueira; SILVA, Izabela Mathias dos Santos. O acesso e permanência das classes populares na universidade pública: trajetória escolar de uma estudante da Universidade Federal Fluminense. *Movimento-Revista De Educação*, n. 9, p. 192–219, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32681/18829> Acesso em: 01 jun. 2021.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, p. 25–42, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 01 de jun. de 2021.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. *Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, v. 12, n. 22, p. 350, 2018. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/7358/4266> Acesso em: 01 de jun. de 2021.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 19, n. 1, p. 7–17, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v19n1/03.pdf> Acesso em: 01 de jun. de 2021.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar em meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. *Educação & Sociedade*, v. 32, n. 117, p. 1067–1084, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Jr9sGWbKhNRCFwFBMzLg34v/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 de jun. de 2021.

OCDE – Organisation for Economic Cooperation and Development. *Education at a Glance 2020- OECD Indicators*. OCDE Publishing, Paris, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/69096873-en>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.



Cadernos do Aplicação
<https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao>
Publicação Ahead of Print
ISSN 2595-4377 (online)
Porto Alegre | jul-dez. 2021 | v.34 | n.2

PICANÇO, Felícia. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: Somando desvantagens, multiplicando desigualdades? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 88, p. 145–179, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/RVwQmFmKkxjvMXHTPKF8Rwd/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 01 de jun. de 2021

PICANÇO, Felícia. Juventude e acesso ao ensino superior no Brasil: Onde está o alvo das políticas de ação afirmativa. *Latin American Research Review*, v. 51, n. 3, p. 109–131, 2016. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/617803/pdf> Acesso em: 02 de jun. de 2021.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Juventude e trabalho: Construindo a carreira em situação de vulnerabilidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 63, n. ESPECIAL, p. 58–70, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arpb/v63nspe/07.pdf> Acesso em: 01 de jun de 2021.

SANTOS, Laís Santana. A juventude de origem popular em busca do ensino superior público: entre sonhos, dificuldades e desigualdades. *Scientia Plena*, v. 5, p. 1–11, 2009. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/753/406> Acesso em: 01 de jun. de 2021.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro; CASTRO, Lucia Rabello de. Sentidos de oportunidade da escola para jovens de classes populares cariocas. *Educação & Realidade*, v. 45, n. 1, p. 1–23, 2020. Disponível em: <http://www.nipiac.ufrj.br/producao2/item/840-sentidos-de-oportunidade-da-escola-para-jovens-de-classes-populares-cariocas>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. IN: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 87-127.

TINTO, V. Classrooms as communities: Exploring the educational character of student persistence. *Journal of Higher Education*, v. 68, n. 6, p. 599–623, 1997.

TROW, Martin. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. In: FOREST, J.J.F; ALTBACH, P.G. (eds.). *International Handbook fo Higher Education*. Springer International Handbooks of Education, vol 18. Springer, Dordrecht, 2007, p. 243-280. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-1-4020-4012-2.pdf> Acesso em: 02 de jun. de 2021.

VASCONCELOS, A. M. N. Juventude e ensino superior no Brasil. In: DWYER, T. *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016.



Cadernos do Aplicação
<https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao>
Publicação Ahead of Print
ISSN 2595-4377 (online)
Porto Alegre | jul-dez. 2021 | v.34 | n.2

ZAGO, N. Processos de escolarização nos meios populares: As contradições da obrigatoriedade escolar. *In*: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs.), *Família e Escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares* Petrópolis: Vozes, 2000. p.17-44.

Data de submissão: 01/02/2021

Data de aceite: 21/06/2021

DOI: <https://doi.org/10.22456/2595-4377.111286>

AHEAD OF PRINT